

A partir das dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezenove, nas dependências da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, no Plenário Vereador Emigdio Gonçalves Coutinho, reuniu-se, ordinariamente, o Legislativo Municipal, sob a Presidência da Vereadora Joice Lúcia Costa dos Santos Salme, com a ocupação da 1ª Secretaria pelo Vereador Josué Pereira dos Santos da 2ª Secretaria pelo Vereador Valmir Martins de Carvalho. Ao assumirem suas posições na mesa, iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a chamada regimental. Responderam à chamada os seguintes Vereadores: Gladys Pereira Rodrigues Nunes, João Carlos Alves de Souza, João Carlos Souza dos Anjos, Joice Lúcia Costa dos Santos Salme, Josué Pereira dos Santos e Valmir Martins de Carvalho. Informaram ausências através de memorandos os vereadores Nilton Cesar Alves de Almeida e Adiel da Silva Vieira. Havendo número regimental a sra. Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, a Sra. Presidente comunicou aos Senhores vereadores que se encontra sobre a mesa os livros de presença e inscrição para uso na tribuna do pequeno expediente, grande expediente e da ordem do dia. Logo a seguir a Sra. Presidente solicitou ao 1ª Secretário que fizesse a leitura da Pauta, onde constava o seguinte: Matérias do Expediente: 1 - Uso da Tribuna Popular nº 1 de 2019 Turno: Único Autor: ServBúzios - SB Uso da Tribuna ao Diretor Vice-Presidente, Sr. Marcos Santos da Silva para tratar dos seguintes temas: 1- Revisão geral anual 2019; 2 - Revisão do valor do auxilio-refeição; e 3 - Exercício de mandato classista e atuação da SERVBÚZIOS no Conselho Municipal de Saúde. Compareceu à Sessão 2 - Convocação de Secretário - Requerimento nº 1 de 2019 Autor: Senhor Prefeito André Granado Nogueira da Gama Resposta do Requerimento nº 01/2019 de Autoria da Vereadora Gladys Pereira Rodrigues Nunes, comparecerá na Sessão Ordinária do dia 28/02/2019 as 10h o Secretário de Serviços Públicos, Sr. Junior da Conceição Carvalho, visando justificar o aumento no contrato dos serviços de varrição e capina, conforme previsão no Edital de Concorrência Pública nº 01/2019. Compareceu à Sessão 3 - Ata de Sessão Ordinária nº 7 de 2019 Turno: Único Autor: Mesa Diretora - MD Número de Protocolo: 61 Ata de Sessão Ordinária de 26/02/2019. Matérias da Ordem do Dia: 1 - Projeto de Lei Ordinária nº 9 de 2019 Autor: Senhor Prefeito André Granado Nogueira da Gama Dispõe sobre autorizar ao Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando atender essa Casa de Leis que tem por finalidade criar novos elementos de despesa, criado pela portaria do STN para arcar com despesas provenientes de serviços de tecnologia da informação e comunicação e incluir também elemento de obrigações tributária e contributiva para arcar com despesas com IPVA e outras obrigações dessa natureza. 2 - Projeto de Lei Ordinária nº 17 de 2019 Autor: Senhor Prefeito André Granado Nogueira da Gama Dispõe sobre autorizar ao Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar ao



orçamento vigente no valor de R\$123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) e dá outras providências. 3 - Projeto de Lei Ordinária nº 18 de 2019 Autor: Senhor Prefeito André Granado Nogueira da Gama Dispõe sobre autorizar ao Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) e dá outras providências. Em seguida a senhora Presidente solicitou que o vereador João Carlos Souza dos Anjos acompanhasse o sr. Marcos Santos da Silva até a tribuna, onde o mesmo fará uso da tribuna popular. Lembrou que o tempo é de 15 minutos e citou o dispositivo regimental que dá suporte à tribuna popular. O sr. Marcos cumprimentou a todos. Disse que o tema que o trouxe à Câmara é a revisão geral anual. Citou dispositivos constitucionais e legais que corrobora o referido direito. Comentou sobre a atuação do ServBúzios. Disse que a intenção é mostrar para os cidadãos que a entidade não existe somente para proteger direitos corporativos. Falou que estão esperando o fechamento do mês para ver um índice oficial de inflação para informar o governo com fins de promover a revisão geral anual. Comentou que o auxílio alimentação já está há bastante tempo fixado em 10 reais e hoje é difícil encontrar lugares que vendam refeição neste valor. Falou que todas as vezes que os agentes de saúde recebem um reajuste pelo governo federal, o governo municipal tem certa relutância para cumprir o piso. Citou caso em que tiveram que ir a outras instâncias para estimular o governo a pagar o piso salarial dos agentes comunitários de saúde. Citou lei federal que estabeleceu um escalonamento do piso salarial destes profissionais e no mês de janeiro já deveria ser pago o salário com o reajuste, mas o governo ainda não pagou e já tem notícias que não haverá o pagamento em fevereiro. Caso isto se confirme o ServBúzios fará o mesmo caminho que foi feito da outra vez, com fins de fazer com que o governo cumpra a lei. Comentou sobre a falta do Plano de Cargos e Salários. Falou de um mandado de injunção promovido pelo ServBúzios. Disse que inovaram ao utilizar este instrumento em Búzios para garantir os direitos dos servidores públicos. Disse que o Ministério Público reconheceu o direito dos servidores a um Plano de Cargos e Salários e deu um parecer totalmente favorável e, por fim, o magistrado acabou por ir na mesma linha do MP rebatendo todos os argumentos da Prefeitura. Comentou sobre o Mandado de Injunção e para que ser este remédio constitucional. Disse estar preocupado em ter uma procuradoria no município que recorre deste direito que os servidores têm. Ressaltou que é uma procuradoria totalmente indicada politicamente e que não tem nenhum servidor de carreira. Disse que o TCE já recomendou a todos os municípios do Estado que se implante carreiras dentro das procuradorias municipais. Disse ter conhecimento de que somente existe uma servidora de carreira na procuradoria municipal e ela está cedida ao município de Niterói com Búzios arcando com os custos. Pediu à Presidente um momento para direito de resposta da entidade a um pronunciamento do vereador Adiel na sessão ordinária do dia 13/12/2018. Disse que o vereador se



equivocou em sua fala quanto à atuação do ServBúzios no conselho de saúde. Sobre o trecho do discurso do vereador destacou que 1) atua na diretoria do ServBúzios cumprindo funções relacionadas ao mandato classista devidamente regulamentado na Lei Orgânica municipal e estatuto dos servidores. Disse que cumpre em horário integral, inclusive excedendo este período dedicando algumas vezes seu tempo de repouso semanal e férias em prol dos interesses dos servidores e usuários dos serviços públicos; 2) desde a gestão anterior a entidade participa ativamente do Conselho Municipal de Saúde; 3) Considera sempre bem vindas as críticas seja no sentido de verificar a transparência ou melhorar atuação; 4) o direito de resposta provocado pela fala de um senhor no debate público sobre o orçamento de 2019 não é demonstração de que a entidade não gosta de críticas, mas sim é o exercício de um direito conquistado democraticamente; 5) O cidadão Ary Colati, no referido debate público, não soube identificar seus verdadeiros alvos. Disse que nos MPs estadual e Federal já tramitam de forma morosa vários inquéritos civis que versam sobre os problemas relacionados à gestão do Fundo Municipal de Saúde, dentre eles a falta de transparência quanto ao estoque dos medicamentos. Deu destaque à fala do vereador que comentou sobre a necessidade de averiguação da assiduidade dos médicos. Convidou a todos os vereadores para ter ciência sobre recomendação do MP federal acerca da questão de assiduidade dos servidores. Entregou a cada vereador a recomendação por escrito. Pediu que os vereadores ajudem o conselho de saúde no empoderamento do cidadão. Disse que a questão de fiscalizar a qualidade do serviço público não deve recair em um órgão apenas, mas sim a toda a sociedade. Falou que o vereador Adiel fez comentários que denotam falta de informação e desinteresse em procurar saber como funciona o Conselho de Saúde e como é feito o trabalho lá. Agradeceu a todos. Em seguida, a sra. Presidente solicitou que o vereador Miguel pereira acompanhasse o sr. Marcos Santos de volta à assistência. Disse que a Casa está aberta à ServBúzios para ajudar. Em seguida, a sra. Presidente convidou o vereador João Carlos Souza dos Anjos a acompanhar o Secretário de Serviços Públicos Júnior da conceição Carvalho até o Plenário. Em questão de Ordem o vereador Miguel Pereira registrou presença. A sra. Presidente citou o requerimento que originou a vinda do Secretário de Serviços Públicos à Casa Legislativa e expôs os motivos da convocação. Propôs aos vereadores que cada um faça 4 perguntas. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente cumprimentou o secretário Júnior. Em questão de ordem o vereador João Carlos Alves de Souza disse não ter encontrado no Regimento Interno nenhuma vedação a perguntas que estivessem fora do assunto do requerimento, porém, relacionada à pasta. A sra. Presidente disse que o artigo 215 do RI diz que a convocação é feita por requerimento escrito de vereador, comissão devendo ser discutida e aprovada. Seu parágrafo único diz que o requerimento deve explicar explicitamente o motivo da convocação. Este motivo foi explicitado no requerimento e que a Câmara vai seguir o regimento. A sra.



Presidente passou a palavra à vereadora autora do requerimento: Gladys Pereira Rodrigues Nunes. A vereadora desejou boas vindas ao secretário. Disse que não se trata de perseguição pessoal é apenas para esclarecer alguns fatos. Perguntou quando o secretário passou a ser o ordenador de despesa da secretaria de serviços públicos. O Secretário cumprimentou a todos e disse que assumiu a secretaria em 1º janeiro de 2018. A vereadora inferiu que partir desta data a responsabilidade sobre a varrição e capina era do secretário. O secretário confirmou. A vereadora disse que os serviços de varrição e capina foram estimados pelo Secretário em R\$ 6.778.000,00 para o orçamento de 2019 que foi votado em dezembro de 2018. As limpezas de praia ficaram com a estimativa de custo de R\$ 1.212.650,00. Disse que a licitação que ocorrerá no dia 1º de março, sexta-feira de carnaval, está com um valor estimado de quase 14 milhões de reais. Estes mesmos serviços custaram, no ano de reeleição do Prefeito, 2016, R\$ 8.735.000,00. Em 2017 foram gastos R\$ 5.500.000,00. Em 2018 foram gastos R\$ 5.621.000,00. Perguntou como o secretário justifica este aumento e porque o secretário esperou aprovar o orçamento para fazer a mudança da estimativa para quase 14 milhões de reais. O secretário citou a lei 8.666/93 que estabelece normas gerais de licitação. Disse que o que está sendo feito não é o que ele quer e que está somente cumprindo uma lei federal. Disse que se não cumprir ele responde. Estes valores que estão sendo inclusos são balizadores que têm que ser seguidos. Disse, citando a lei 8.666/93 que o julgamento das propostas tem que ser objetivo. O secretário seguiu citando artigos da Lei 8.666/93 para deixar claro para a audiência que a secretaria está cumprindo determinações legais. Disse que é cidadão buziano e que está de passagem. Enquanto estiver secretário, quer fazer o melhor. Disse que a quantidade de área coberta pela nova licitação é maior do que era feito anteriormente. Citou lotes 1 e 2 da licitação e os valores unitários. Disse que a licitação está sendo aberta com o valor de R\$ 13.238.627,88, mas não quer dizer que vai ser este valor. Disse que várias empresas vão participar do certame e este valor vai ser próximo do que existe hoje. O contrato atual não atende a demanda da cidade. Novas ruas foram calçadas, ruas que passaram a ter moradias surgiram. Esses bairros devem ter a mesma prioridade que tem o centro. O que foi licitado e planilhado está tendo o serviço feito. Às vezes as empresas fazem até além do contratado a pedido da Prefeitura. Disse que explicou a situação ao Prefeito e ele entendeu. A parte técnica foi chamada e foi elaborado um edital desta forma, seguindo os balizadores oficiais: EMOP, SINOP, SCO-RJ e pesquisa de mercado com 3 orçamentos. Disse que a limpeza de praia, no ano passado foi somente até março e a partir daí não houve mais limpeza de praia. É um serviço que não tinha e com este projeto a limpeza de praia retornará. Citou os itens que serão licitados para limpeza de praia. Falou que agora terão equipamentos que não constavam nos contratos anteriores. Comentou sobre os problemas da chuva, redes de drenagem e que sem manutenção e limpeza o trabalho das obras não vai adiantar. Comentou sobre novos caminhões como o varredor e o



triturador de galhos, limpeza de caixa ralo, caminhão entre outros. A vereadora disse que para ela não ficou esclarecido, pois, a secretaria teve um ano para fazer isso e mandou para a Câmara um orçamento de mais de 7 milhões de reais para este serviço fora a limpeza de praia. O orçamento foi discutido e votado com este valor. Agora, três meses após a aprovação do orçamento, se encontra uma necessidade de suplementar este valor. Disse que o secretário teve que suplementar dotações que tinham previsões a menos. Retirou R\$1.940.000,00 do programa de trabalho: infraestrutura urbana. Retirou do aterro sanitário R\$1.051.00,00. Essas informações foram publicadas no Decreto 1.114/2019 saindo no BO 936. Perguntou se isto significa que os custo com coleta de lixo e aterro sanitário vão abaixar o valor. Perguntou se o contrato de locação de maquinário para infraestrutura urbana vai acabar. O secretário disse que nada nesses contratos irão acabar. Falou que as suplementações são feitas dentro do saldo e é normal suplementar para atender outro contrato. Não há ilegalidade. Com relação à limpeza de praia, o valor a ser licitado é de R\$ 159.701,91 por mês e este contrato será por 4 meses, na alta temporada. Se depois houver necessidade da empresa ir nas praias em algum feriado, não vê problema. Disse que a previsão de mais de 13 milhões para a licitação não quer dizer que será feito neste valor. O que sobrar vai voltar para esta ficha. A vereadora disse que o secretário deixou claro que a Onix e a Triangular não estavam prestando um bom serviço. Disse esperar que a Onix não ganhe amanhã, já que ela sempre ganha. O secretário disse que não falou em momento algum que a Onix e a Triangular não vêm atendendo, falou que paga o que está planilhado e é o que é feito. Infelizmente o contrato precisa ser adequado para abranger todo o município. Este valor é o da real situação do município. A vereadora perguntou se quando o secretário mandou para a Câmara para o orçamento quase 8 milhões não era para atender todos os bairros. O secretário disse que a licitação vai acontecer agora. O secretário comentou sobre os lotes para pintura de meio-fio. Disse que no novo processo vai ter 273 mil metros lineares, atendendo todos os bairros. Não poderia deixar para licitar dentro do que já era feito. Disse que não acha justo atender ao Centro e não atender o Alto da Boa Vista. A vereadora disse que o secretário é o responsável pelo projeto básico e destacou um trecho que trata de mutirão de limpeza em vilas populares. O projeto prevê que estes mutirões contarão ou não com a participação da comunidade local. A vereadora disse que isso é uma piada e que com este valor que será cobrado a população não tem que fazer nada. Disse que o projeto básico prevê atendimento em todos os bairros e praias. Perguntou quais seriam as vilas populares e comunidades mencionadas no projeto básico. O secretário citou o Buraco Quente ou o Cruzeiro como exemplo de vilas. A vereadora disse que roçou todo o seu bairro, Arpoador, Alto da Boavista e foi impedida pelo governo. Disse que limpou tudo isso sem gastar 10.000 reais. O Secretário disse que roçar a rua com funcionários que eram nomeados na casa "é mole". A vereadora disse que fez o trabalho com a comunidade. O



secretário disse que não, que foram usados funcionários da Casa para tal. A vereadora disse que roçou com funcionários da Câmara que trabalhavam em seu gabinete nos dias de domingo, em que eles se propuseram, ou seja, fora dos dias de trabalho na Câmara. Disse que a comunidade se juntou a eles. Em questão de ordem o vereador Cacalho apontou que o secretário está na Câmara para responder e não fazer discurso. A sra. Presidente apontou que os participantes devem se atentar aos temas das perguntas, haja visto que existe um tempo regimental para a sessão. A vereadora disse que o objeto da licitação de limpeza de praias, ruas, vielas, ou seja, todo o município. Disse que esses serviços são prestados apenas nas áreas nobres da cidade e nas vias principais. Dentre as vilas populares está o Buraco Quente - que eles nunca chegam, Baía Formosa – que tem 99% de ruas sem pavimentação. Disse que não há calçamento no Arpoador, Alto da Boa Vista, São Matheus, Baía Formosa, grande parte da Vila Verde, grande parte da Marina e outros bairros que nunca tiveram estes serviços. Falou que o projeto básico também prevê sublocação parcial dos serviços e não consta detalhamento desses serviços. Perguntou se ocorrerá esta sublocação e quais os serviços serão objeto deste instituto. O secretário comentou que com este novo processo a área será aumentada e a frequência também em todo o município. A vereadora repetiu a pergunta. O secretário disse que não pode dizer isso no momento, pois a licitação não aconteceu. A vereadora ressaltou que consta no projeto básico. O secretário disse que se houver necessidade será feita a sublocação. A sra. Presidente convocou, por ordem alfabética, o vereador João Carlos Alves de Souza. O vereador cumprimentou a todos. Perguntou como o secretário chegou nos quantitativos da planilha. Disse que para ter um valor de uma licitação de qualquer tipo de serviço deve haver uma estimativa. Perguntou se o secretário tem o levantamento da extensão da malha viária do município para cada tipo de pavimento. Perguntou quantos metros de ruas com paralelepípedos, com asfalto e intertravados existem. O secretário disse que este cálculo é feito em cima de uma estimativa e levando em conta a realidade do município. O levantamento sobre metragem de intertravados e paralelos passa pela parte técnica da secretaria de obras. O vereador disse que o valor da varrição varia de acordo com o calçamento e é impossível chegar neste valor sem ter este levantamento. Disse que é impressionante que o valor dos contratos superfaturados e não prestados com qualidade dobram em época de eleição e quando tem algum julgamento do Prefeito. O vereador disse que é muito importante que o secretário tenha os quantitativos acerca dos calçamentos. O secretário disse que segue balizadores e que estará cobrando a execução do serviço independentemente da empresa que ganhar. Se não prestar o serviço a empresa não recebe. O vereador reforçou a importância de saber as metragens de calçamento para se chegar em um valor. O secretário leu dados, em hectares referentes à asfalto e chão. Falou que no contrato atual não existe nada. Como secretário, está pagando o que está sendo realizado. Não tem como a empresa fazer a mais, pois estará fora do contrato. Por



isso a necessidade deste contrato novo para os vereadores cobrarem o secretário e ele cobrar a empresa. O vereador disse que não tem como a conta ser feita em hectares, pois, não irão capinar asfalto. O secretário disse que a varredura asfaltadas é de 2.480 m². A sra. Presidente convocou, pela ordem, o vereador João Carlos Souza dos Anjos. O vereador cumprimentou a todos. Disse que as perguntas que faria ao secretário seriam sobre as demandas que a sociedade clama. Falou que constata a aflição da população nos bairros menos assistidos. Na questão que tange à licitação, as perguntas da vereadora Gladys e do vereador Cacalho serviram para dirimir dúvidas. Pediu permissão à sra. Presidente para fazer as perguntas que o seu bairro clama. A sra. Presidente reconheceu o clamor da população, mas que não pode abrir prerrogativa ao requerimento e uma vez que seu objeto é explícito, não se pode fugir dele. O vereador então agradeceu as perguntas formuladas pelos vereadores Gladys e Cacalho e fez das perguntas já formulas as suas. Em seguida a sra. Presidente convocou, pela ordem, o vereador Josué Pereira dos Santos. O vereador cumprimentou a todos. O vereador disse que o requerimento teve objeto bastante restrito e que as perguntas feitas pela vereadora Gladys e pelo vereador Cacalho foram muito pertinentes. Falou que há uma carência no serviço que é feito hoje no município. Com este aumento no contrato acredita-se que todo o município será contemplado de forma atender todos os anseios da população. Tendo em vista o explicado o vereador disse não ter perguntas a fazer. Em seguida a sra. Presidente convocou, pela ordem, o vereador Miguel Pereira de Souza. O vereador disse que ficou prejudicado, pois o requerimento somente fala de licitação. Disse que queria falar sobre após a licitação. Perguntou em quanto tempo se teria um resultado geral da situação após a licitação. Destacou que a cidade está prejudicada. Falou sobre problemas na iluminação pública. A sra. Presidente disse que o vereador pode se utilizar do Grande Expediente para essas explanações, mas que no momento os questionamentos devem se ater ao requerimento. Em seguida, a sra. Presidente convocou o vereador Valmir Martins de Carvalho pela ordem. O vereador cumprimentou a todos. Disse que não tem muito a perguntar. Parabenizou o secretário por comparecer e disse que foi um dos que aprovou o requerimento. Falou que o secretário estará na casa depois da sessão para responder questionamentos da população. O vereador perguntou quais são os benefícios que este novo contrato traz para a cidade. O secretário disse que hoje existem dois contratos com duas empresas distintas que não atendem às necessidades da cidade. Disse que não quer fazer um trabalho pela metade e sim bem feito e espera poder atender a população. Falou que este contrato atenderá todo o município e convidou a todos a presenciarem a licitação. Ressaltou que qualquer contribuinte pode e deve comparecer. A empresa que ganhar saberá que deverá executar todo o serviço. Disse que a população e os vereadores podem cobrar dele. Disse que é um serviço básico que deve ser prestado em toda a cidade. Hoje não consegue atender 100% pois existe um contrato antigo



que não foi feito por ele. O vereador disse que o contrato com a empresa Onix não atende o efetivo necessário e com o novo terá um efetivo maior. O secretário disse que na verdade o contrato não fala sobre efetivo, mas sim da execução do serviço independentemente da quantidade de funcionários que a empresa vai ter. O vereador disse que o serviço prestado não é atendido por causa do contrato e não porque a empresa é ruim. Por isso agora é necessário um novo contrato. O secretário disse que não está dizendo que as empresas são ruins. Elas vêm atendendo dentro do que foi licitado. O vereador perguntou se o contrato tratará de entulho também. O secretário disse que a parte de equipamentos pesados é tratado em outro contrato. Galho e entulho é de responsabilidade da empresa RJ. Em questão de ordem, o vereador Cacalho informou que a página da Câmara está se manifestando sobre a sessão. A sra. Presidente perguntou em que sentido. O vereador disse que o perfil está emitindo opiniões. A sra. Presidente disse esperar um serviço de qualidade para os munícipes. Falou que em 2010 foi votada a inserção de 1000 logradouros novos. Até 2018 muitos outros logradouros foram abertos e estão sem reconhecimento nas secretarias. Deve-se se identificar as novas ruas. Comunicou à empresa que a creche nova não está prevista dentro do contrato de limpeza de escola. As novas UBS não estão nos contratos com as empresas de limpeza. Falou que mora em Geriba e fazia muito tempo que não se via limpeza lá. A licitação tem uma previsão de mais de 13 milhões de reais mas não se sabe quantas empresas vão participar. Ainda que se caia o valor deste contrato que não se caia a qualidade do serviço que deve ser feito. Acredita que o secretário poderá ser convidado outras vezes para falar sobre todos os outros assuntos da pasta. A sra. Presidente abriu a palavra ao secretário para considerações finais. O secretário agradeceu à sra. Presidente, à equipe dos serviços públicos. Disse que a equipe é pequena, mas aguerrida. Agradeceu a parte administrativa e técnica. Agradeceu ao Prefeito Dr. André pela oportunidade de estar à frente de uma secretaria tão importante. Está no cargo de secretário para atender à população. Disse que o trabalho de secretário é árduo e não é fácil. Falou que não é perfeito e pretende corrigir os erros. Disse que quer andar na rua de cabeça erguida com a consciência de que fez o seu melhor. Disse que continuará cobrando das empresas que prestam serviços públicos. Deu o telefone da secretaria e disse estar disposto a retornar à Câmara para explicar sobre o lixo, poda e outros serviços. A sra. Presidente solicitou que o 1º Secretário fizesse a leitura dos memorandos. A sra Presidente solicitou que o1º secretário fizesse a leitura do resumo da sessão ordinária do dia 26/02/2019. A sra. Presidente colocou em votação a ata da sessão ordinária do dia 26/02/2019, aprovada por unanimidade. Não houve oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Dando continuidade, com a autorização do Plenário, a sra. Presidente continuou os trabalhos iniciando a Ordem do Dia. Solicitou que o 1º Secretário fizesse a chamada regimental, a qual responderam os seguintes vereadores: Joice Lúcia Costa dos Santos Salme, Josué Pereira dos Santos, Miguel



Pereira de Souza e Valmir Martins de Carvalho. Como não há quórum para deliberação das matérias a sra. Presidente suspendeu a sessão por 15 minutos. Após o período, a sra. Presidente solicitou que o 1º Secretário fizesse a chamada regimental a qual responderam os seguintes vereadores: João Carlos Souza dos Anjos, Joice Lúcia Costa dos Santos Salme, Josué Pereira dos Santos, Miguel Pereira de Souza e Valmir Martins de Carvalho. Havendo número regimental a sra. Presidente deu continuidade à sessão. Em seguida, a sra. Presidente solicitou que o 1º Secretário fizesse a leitura do parecer no Projeto de Lei 09/2019. Após a leitura, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 09/2019, aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente solicitou que o 1º Secretário fizesse a leitura do parecer no Projeto de Lei 17/2019. Após a leitura, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 17/2019, aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente solicitou que o 1º Secretário fizesse a leitura do parecer no Projeto de Lei 18/2019. Após a leitura, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 18/2019, aprovado por unanimidade. Dando continuidade, a sra. Presidente convidou o vereador João Carlos Souza dos Anjos para uso da tribuna na Ordem do Dia. O vereador cumprimentou a todos. Propôs aos colegas que estendessem mais o texto para ser possível sanear todas as dúvidas. Parabenizou o secretário. Falou que o secretário disse que uma empresa é responsável da Mandrágora para dentro e outra da Mandrágora para fora. A impressão que tem é que os serviços públicos nunca adentraram os bairros mais necessitados. Os munícipes sempre o abordam e as vezes fica sem ter o que responder. Ruas esburacadas, mato tomando conta, iluminação pública deficiente. A praça em frente à sua casa está no escuro. Não se pode deixar de cobrar na tribuna, que é a ferramenta do vereador. Parabenizou o governo André pela inauguração da UBS de Baía Formosa e pela inauguração breve da creche da Rasa. Hoje existem mais de 700 crianças atendidas. Disse que seus elogios e críticas são com o objetivo de melhorar a cidade. Falou que se deve fiscalizar as empresas que vencem as licitações para promover servicos públicos. A sra. Presidente concordou com o vereador João Carlos Souza dos Anjos. A presidência recebeu, com base na lei 1356/2017, um dos modais de licitação que será repassado para os gabinetes. Não havendo mais nada a tratar do expediente ou da ordem do dia a sra. Presidente encerrou a sessão.

> JOICE LÚCIA COSTA DOS SANTOS SALME Presidente

> > JOSUÉ PEREIRA DOS SANTOS 1º Secretário

VALMIR MARTINS DE CARVALHO 2º Secretário